

A quebra unilateral de contrato por parte das operadoras de planos de saúde é tema da audiência que a Comissão de Defesa do Consumidor realiza nesta terça-feira (4).

“São frequentes em nosso País, há décadas, os relatos de descaso dos planos de saúde, que rompem contratos da noite para o dia, e deixam milhares de segurados sem atendimento médico”, critica o deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), que pediu a realização do debate.

O parlamentar lembra que a Lei 9.656/98, que trata de planos e seguros privados de assistência à saúde, proíbe a suspensão ou rescisão unilateral do contrato dos planos e seguros de saúde contratados unilateralmente, salvo por falta de mensalidade por mais de 60 dias.

A deputada Maria Helena (PSB-RR), que apresentou um requerimento sugerindo a inclusão de outros convidados, lembra que o direito à saúde é garantido pela Constituição, que dispõe como dever do Estado estabelecer políticas sociais e econômicas visando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Modificações em análise

Uma comissão especial da Câmara está discutindo mudanças na Lei dos Planos de Saúde. O colegiado analisa 140 projetos de lei sobre o assunto que tramitam apensados e em regime de urgência.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto:

- o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), José Carlos de Souza Abrahão;
- o presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, Marcio Serôa de Araujo Coriolano;
- o presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Reinaldo Camargo Scheibe;
- a coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci;
- o subprocurador-geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, José Elaeres Marques Teixeira; e
- o secretário da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Previdência da República (Sempe), José Ricardo de Freitas Martins de Veiga.

Participação popular

A audiência, que recebeu o apoio do deputado Cabo Sabino (PR-CE), será realizada a partir das 14h30, em plenário a definir.

O debate será interativo. Os cidadãos podem participar enviando perguntas e comentários pelo [portal e-Democracia](#).

Fonte: Câmara Notícias, em 03.07.2017.